

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.317 - CE (2019/0128632-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ROMARIO FERREIRA DOS SANTOS**  
**REPR. POR : LUZIA RAIMUNDA FERREIRA**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - CE020417A**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ROMARIO FERREIRA DOS SANTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. ART. 203, V, DA CF/88. LEI Nº 8.742/93. CRIANÇA. PÉ TORTO CONGÊNITO, EPILEPSIA E RETARDO MENTAL LEVE. HIPOSSUFICIÊNCIA COMPROVADA. LIMITAÇÕES SEM OBSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL. NÃO CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. O benefício de prestação continuada, previsto no art. 203, inc. V, da Lei Maior, consiste no pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência física e ao idoso que comprovar sua inaptidão para prover a própria subsistência ou tê-la provida por sua família. Regula o benefício no plano infraconstitucional, o art. 20 da Lei nº 8.742/93 e o § 2º do artigo 4º do Anexo do Decreto nº 6.214/2007.

2. Tratando-se de crianças e Adolescentes, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desenvolvimento de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho (art. 4º, § 2º, do Anexo do Decreto nº 6.214/2007).

3. Comprovado o requisito socioeconômico através do auto de constatação, lavrado por oficial de justiça, segundo o qual o grupo familiar, composto pelo postulante, seus pais e três irmãos, reside em casa doada pelo Poder Público e sobrevive de benefício do Programa Bolsa família, no valor de R\$ 314,00, e de renda informal advinda do trabalho de servente de pedreiro do genitor, estimada em R\$ 350,00, concluindo o avaliador que se trata de pessoas hipossuficientes financeiramente.

4. O laudo da perícia ortopédica constatou sequela de pé torto congênito (espasticidade do tendão de Aquiles moderada - CID Q66), e a perícia neurológica atestou que o paciente é portador de epilepsia não especificada e retardo mental leve (CID10 G40.9 e F70.0), desde os 2 (dois) anos de idade, ressaltando que a enfermidade que acomete o autor pode ser controlada, em cerca de 80% (oitenta por cento) dos casos, com seguimento

clínico regular a cada três ou quatro meses, para ajuste de doses medicamentosas e possíveis associação de fármacos antiepilépticos, assegurando o expert que o requerente faz uso de medicação e acompanhamento médico anual com neuropediatra.

5. O paciente apresenta impedimento físico/limitação, em grau leve, para o desempenho das atividades compatíveis com a sua idade, de acordo com as perícias médicas judiciais, não se evidenciando a existência de impedimentos de longo prazo de natureza mental e intelectual do postulante, a ponto de obstruir a sua interação plena e efetiva na sociedade, não se mostrando razoável a concessão prematura do benefício, em razão do que não há como reconhecer o direito do promovente ao amparo social pleiteado.

6. Apelação provida.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 20 da Lei n. 8742/92 e do art. 4º, § 2º, do Decreto n. 6.214/2017, no que concerne à necessidade de concessão de benefício assistencial ao menor deficiente, trazendo os seguintes argumentos:

Assim, ressalta-se que, restou comprovado pela primeira perícia médica que o autor é portador de Sequela residual de pé torto congênito (espasticidade do tendão de aquiles moderada), o que lhe acarreta impedimento físico leve que obstrui discretamente sua participação plena e efetiva na sociedade, conforme resposta ao quesito n.º 3.

Por outro lado, restou atestado pela segunda perícia médica que o autor é portador de Epilepsia não especificada e Retardo mental leve, o que lhe acarreta limitação do desempenho de atividade e, conforme quesito n.º 04, restrição da participação social inclusive, necessitando fazer seguimento clínico regular, conforme quesito n.º 07, vejamos os seguintes quesitos (com neurologista infantil ou pediatra) que comprovam a deficiência do autor ensejadora do benefício pleiteado (fl. 249).

Portanto, se o acórdão proferido retira o direito da autora ao benefício assistencial ao deficiente, mesmo preenchendo o requisito do impedimento de longo prazo e a necessidade de se submeter a um tratamento médico adequado, o Tribunal Regional viola §2º do art. 20, da Lei nº 8.742/93 e o § 2º do art. 4º do Decreto n.º 6.214/2007 (fl. 250).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 20 da Lei n. 8742/92 e do art. 4º, § 2º, do Decreto n. 6.214/2017, e traz o seguinte acórdão paradigma: Apelação n. 2.187.466/SP do TRF da 3ª Região (fl. 252).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez

que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado.

Nesse sentido, o STJ fixou que: “O conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

